

# Registros Históricos

O IDEÁRIO REVOLUCIONÁRIO DE  
31 DE MARÇO DE 1964\*

*Carlos de Meira Mattos\*\**

Há 39 anos, a Revolução de 1964 explodia vitoriosa em todos os recantos do Brasil.

Em 31 de março, um grupo de brasileiros civis e militares, apoiado pela maioria do povo, tomou uma decisão corajosa e implantou um novo regime político, inspirado nos ideais revolucionários que se vinham purificando através de vários movimentos anteriores. A balança da decisão naquela hora, “entre o bem e o mal” de que falara Abraham Lincoln, não deixava margem de dúvida – para a salvação do País entregue ao aventureirismo irresponsável e corrupto, só restava tomar uma atitude revolucionária.

Não se pode negar os méritos da Revolução de 1964. Veja-se o que era a mediocridade deste País em 1963: jamais havia merecido figurar em estatísticas internacionais de poder. Compare-se ao Brasil de 1985, quando a Revolução se considerou terminada, confiante nas promessas de excelência de um poder civil pleno. O Brasil de 1985 estava presente, pelo seu conceito e peso específico, em todas as equações de poder referentes aos assuntos políticos e econômicos de dimensão mundial.

Os revolucionários vitoriosos de 1964 traziam um ideário, por ele lutaram, enfrentaram todos os riscos da ruptura com o sistema de governo vigente e, o que é mais importante, souberam transmitir esse ideário à maioria da população brasileira que, de norte a sul, de leste a oeste, aplaudiu, vigorosa e rejubilantemente, a mensagem salvadora do Movimento de 31 de março.

\* Transcrito da Revista do Clube Militar de maio/junho 2003.

\*\* O autor é General-de-Divisão, cientista político e historiador.

Qual era essa mensagem?

Em síntese, traduzia o caldeamento de aspirações, que se vinham robustecendo através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos de 1920, a Revolução de 1930, a restauração democrática de 1945 e que, diante da situação de caos paralisante e da ameaça comunossocializante dos anos de 1962 e 1963 e princípio de 1964, reascenderam no coração dos patriotas.

Como poderemos sintetizar essas aspirações? Desembocavam elas em dois grandes caudais: abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às imensas potencialidades de seu povo e de seu território; garantir a vocação brasileira de um viver democrático, com ordem e progresso.

Em que pesem as crises internacionais suportadas durante o período da gestão revolucionária – os dois choques de petróleo e a recessão mundial –, não se pode ignorar que, no balanço desses 21 anos, o País revelou um impulso de desenvolvimento que impressionou os mais renomados analistas estrangeiros, entre os quais citaremos o belga Michel Schooyans, os norte-americanos Ray Cline, Wayne Selcher, Ronald Schneider, todos professores de Ciências Políticas de famosas universidades européias e norte-americanas, que não tiveram dúvidas em classificar-nos como uma potência emergente.

O tema que escolhemos para a nossa comemoração de hoje é o da permanência dos ideais patrióticos e democráticos que povoaram nossas mentes e aqueceram nossos corações nos idos de 1962, 1963 e 1964, e que ainda aí estão, ainda os sentimos bem vivos, preservados e intocados.

O Movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado, que chegou a proporcionar o espetáculo degradante do comício da Cen-

tral do Brasil, em 13 de março, com a presença do presidente da República e do ministro do Exército, onde a massa mobilizada, através de toda sorte de facilidades de transporte e de alimentação gratuita, mostrava os seguintes cartazes, entre muitos outros:

Jango assina a reforma e nós faremos o resto;  
Osvino taca a faca nos trustes;  
Armai-vos uns aos outros;  
Os trabalhadores querem armas para defender o Governo;

Jango, defenderemos as suas reformas à bala;  
Cadeia para os gorilas;  
Todo o poder à CGT;  
Legalidade ao PC;  
Na marra ou na bala.

Esses cartazes mostram, de maneira irrefutável, o grau explosivo de subversões apoiado pelo Palácio do Governo.

Depois, nesse mesmo mês, veio a “revolta dos marinheiros”, chefiada por um cabo e, em seguida, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, mobilizada pelo Palácio das Laranjeiras.

Nessa mesma hora de pregação subversiva comuno-sindicalista, incentivada pela cúpula do Governo, vejamos o que nós, os gorilas, proclamávamos em nossa propaganda anti-subversiva.

Em um documento denominado “Reflexões”, de autoria coordenada dos generais Ulhôa Cintra e Cordeiro de Farias, destinado a “orientar a concepção estratégica e uma resposta eficiente ao movimento subversivo que está sendo preparado no Brasil”, as palavras que transcendem em fé e entusiasmo revelam o extremo desvelo em preservar a vontade de viver democraticamente do povo brasileiro, tão ameaçada naquela hora em que aproveitadores e esquerdistas, de mãos dadas, apregoavam aos quatro ventos, as virtudes do regime socialista, as excelências da democracia cubana.

Outro documento histórico, de 1963, cuja redação final coube ao então Tenente-Coronel Octavio Costa, amplamente distribuído entre os

oficiais que serviam nas escolas, particularmente na ECEME e ESAO, foi o chamado *Decálogo*, documento que testemunha, de maneira inequívoca, os nossos ideais de há duas décadas passadas.

Ei-lo:

#### *Decálogo do Militar Brasileiro*

1. LUTAR – para que, realmente, “todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido” (Constituição Federal);
2. LUTAR – pela “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (Constituição Federal);
3. LUTAR – pela verdadeira legalidade, preservando realmente “a república representativa”, a “federação”, “a independência e a harmonia dos poderes” (Constituição Federal);
4. LUTAR – pela “organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho” (Constituição Federal);
5. LUTAR – para que, dentro do processo legal e do espírito da doutrina social da Igreja, seja concedido a todo brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”;
6. LUTAR – para que imperem na vida brasileira os princípios de irrepreensível moralidade administrativa e de respeitabilidade funcional dos homens públicos;
7. LUTAR – pela soberania e pela ativa participação do Brasil no mundo livre;
8. LUTAR – para que as Forças Armadas se mantenham intransigentemente fiéis à sua destinação de defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem;
9. LUTAR – por Forças Armadas realmente institucionais e democráticas regidas pelo legítimo império das leis e dos regulamentos, atentas ao imperativo da modernização de seus equipamentos e constantemente empenhadas em seu aperfeiçoamento moral e profissional;
10. LUTAR – pela dignidade profissional e pela justa posição das Forças Armadas na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

A famosa Circular de 20 de março de 1964, do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castello Branco, documento considerado decisivo no posicionamento quase unânime das Forças Armadas no Movimento de 1964, é uma pregação democrática e legalista. Alerta para os perigos das tentativas de levar as Forças Armadas a apoiarem a subversão comuno-sindicalista em marcha, inspirada pelo Palácio presidencial. Num de seus períodos, afirma que os quadros das Forças Armadas devem:

“Estar prontos para defender a legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive o de assegurar o processo eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública de ser movida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.”

Através desses pronunciamentos, preocupados com perigos que rondavam a democracia brasileira, procuramos polarizar adeptos para a nossa causa. Além desses, muitos outros pronunciamentos do mesmo teor precederam a irrupção do movimento vitorioso. Com essas idéias da mais pura convicção democrática, fazíamos o nosso proselitismo, enquanto os arautos do socialismo vermelho daquela época, entre eles muitos que hoje ocupam postos do Governo mudando a coloração de seu socialismo, estimulavam os trabalhadores a um regime totalitário, que diziam sindicalista.

Nos seus cartazes se lia: Todo o poder à CGT, na marra ou na bala.

A largada revolucionária foi dada pelos corajosos pronunciamentos do Governador Magalhães Pinto (MG) e do General Olimpio Mourão, Comandante da 4ª RM, cujas tropas se puseram em marcha em direção ao Rio.

A vitória militar foi fácil. O Governo fugiu na primeira hora. De seus valentes partidários, da sua “invencível força sindical e arrasador dispositivo militar”, não apareceu ninguém que quisesse lutar...

Vitoriosa, a Revolução não se embriagou com a soma de poder que veio às suas mãos. Foram mantidos os partidos políticos, foi mantido em funcionamento o poder legislativo e intocado o poder judiciário.

O Ato Institucional nº 1 manteve a vigência da Constituição de 1946.

Foram eleitos pelo Congresso, como os demais, presidente e vice-presidente da República. Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que instituiu uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbítrio e de arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei. Repitamos as suas palavras:

“Meu governo será o das leis do País e permanecerá em vigília para que todos as observem com exação e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social.”

Nessas palavras de posse do Presidente Castello Branco, estão os dois veios de ideário que inspiraram a Revolução - democracia e desenvolvimento.

A Abertura, nome que os brasileiros deram ao processo de ampliação gradual dos compromissos democráticos da Revolução, compromissos que foram temporariamente limitados, mas nunca cancelados, foi uma concessão livre e espontânea da Revolução, fiel aos ideais que inspiraram o Movimento de 31 de março.

Essa abertura democrática representou, antes de tudo, o compromisso do Movimento de 31 de março que foi cumprido. Não fosse a vitória do Movimento de 1964, não fosse a sua fidelidade ao seu ideário, longe estaríamos hoje de alcançar essa abertura. Veja-se o exemplo de Cuba, cujo modelo nos queriam impingir.

Há que se ressaltar a peça preciosa da figura inatacável de liberal que foi o Dr. Milton Campos, então Ministro da Justiça do 1º governo revolucionário, em discurso pronunciado em 20 de setembro de 1964, a seis meses da vitória de 31 de março. Fixa o grande jurista aquele momento que vivia a Revolução, tanto por ser revolução, quanto por ser democrática:

“Estamos numa fase revolucionária e ao mesmo tempo instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participação e pelo consentimento das forças políticas e populares.

Em correspondência, o poder revolucionário limitou-se a si mesmo e promoveu a eleição do Governo nos termos da Constituição. Vossa Excelência ficou sendo um presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Cumpre não esquecer que o ponto de partida foi a Revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e das expectativas anteriores. Daí a necessidade de comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr, em curso tranqüilo, as águas antes revoltas. Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e de avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia.

Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com o equilibrismo dos detentores de posição, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase de reconstrução.

Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam das suas crises e lançam as linhas vitoriosas da sua história. Essa é, em nosso País, a pe-

sada e grandiosa tarefa que cabe a V. Exa., Presidente Castello Branco.”

No entanto, não fica na figura sempre respeitada de Milton Campos a compreensão do fenômeno revolucionário brasileiro. Passado um ano da Revolução, dizia, na Universidade da Paraíba, o estadista ilustre Dr. José Américo de Almeida:

“Vamos ser justos. Proclamemos os benefícios já produzidos por essa revolução. Se não promoveu todo o bem, evitou todo o mal. Imaginemos o que seria a nossa primeira guerra ideológica, a mais atroz e catastrófica luta entre irmãos. E levantemos as mãos para os céus agradecidos pela tranqüilidade – que voltou depois de tantos sobressaltos; pelo sangue que não se derramou; pelo restabelecimento da unidade das classes armadas, garantia da paz interna; pela felicidade de ter o brasileiro deixado de passar pela vergonha de ser considerado o mais corruptor e corrupto de todos os povos.”

Mais ou menos na mesma época, o renomado jurista paulista Dr. Miguel Reale dizia:

“Ora, quando as Forças Armadas nacionais, dando sentido operacional aos ditames da opinião pública, em repulsa às maquinações do esquerdismo subversivo e corrupto, instaurou o processo revolucionário, desde logo pressentiu que havia, como ainda há, toda uma tarefa ‘ideal’ a ser realizada.”

Selecionamos apenas pronunciamentos de inegável conteúdo democrático que marcaram nossas posições nos períodos pré-revolucionários e nos dois primeiros anos de governo revolucionário. Valem pelo indiscutível testemunho original.

Nosso objetivo neste ensaio comemorativo dos 39 anos da Revolução de Março é o de enfatizar, em termos de processo revolucionário, a permanência dos ideais democráticos que constituíram e constituem, ao lado do desenvolvimento nacional, o centro de gravitação das aspirações dos revolucionários.

Por isso mesmo, por decisão própria, por convicção e não por pressão, os dois últimos go-

vernos revolucionários se impuseram o dever de, gradualmente, resgatar à Nação a plenitude de seus compromissos democráticos, foram extinguindo, um a um, os instrumentos legais de que dispunham, característicos de um regime revolucionário. Por isso mesmo, estamos em plena abertura democrática. A isso chegou a Revolução voluntariamente por convicção e evocação.

O processo revolucionário de 1964 extinguiu-se, por vontade própria, por vocação original fiel ao seu compromisso democrático.

Há 39 anos, alcançamos, conclamando alto os nossos ideais, conter a mais perigosa tormenta antidemocrática a que este País já assistiu. Foi a sociedade brasileira que se levantou na sua expressão mais significativa e autêntica. Essa atitude solidária do povo brasileiro, tão solidária que nos levou a uma vitória sem lutas, fez cair a farsa armada pelo chamado poder comuno-sindical e correspondia inegavelmente a uma ampla consonância popular com nossos compromissos de desenvolvimento e democracia.

Também não traímos o nosso compromisso desenvolvimentista. Elevamos a economia nacional de 48ª do mundo em 1963 à posição de 8ª em 1985. Nada mais comprobatório de que a Revolução de 1964 cumpriu o seu compromisso com o desenvolvimento nacional do que o depoimento do saudoso economista Mario Simonsen à revista *Exame* (abril de 1997). Disse Mario Simonsen:

“Em vinte anos de esforço concentrado, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário, apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos de 48ª para 8ª economia mundial, passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares, conseguimos o crescimento médio de 6% ao ano. Asseguramos emprego, educação, saúde e trabalho sempre crescentes a uma população que, durante o período revolucionário, cresceu em 60 milhões de habitantes, equivalente a duas Argentinas. Realizamos um colossal projeto de energia,

telecomunicações e interiorização. Esses nossos méritos desenvolvimentistas foram reconhecidos pelo Banco Mundial e FMI que, em seus relatórios estatísticos, nos apontaram como uma potência emergente.”

Se esse extraordinário avanço da Nação não teve continuidade, se o otimismo nacional foi substituído pela descrença, criando no País as dificuldades atuais, a culpa não é da Revolução de 31 de Março.

A democracia em que hoje vivemos foi alcançada pela perseverança da Revolução em resgatar a sua dívida liberal. Em 1964, se tivesse vencido o movimento síndico-comunista, teríamos sido arrastados ao alinhamento Moscou-Havana. O País teria se transformado numa grande Cuba e agora estaríamos amargando o mesmo drama dos satélites de Moscou.

Orgulhamo-nos da Revolução de 1964. Reafirmamos, hoje, com o mesmo entusiasmo de 39 anos passados, o calor de nosso ideário. Ele conduziu, há 39 anos, a um extraordinário alcance da Nação, que conosco coincidiu nos anseios de um Brasil Grande (desenvolvimento) e de democracia. A Revolução de 1964 fez desses anseios seu compromisso e resgatou-os à Nação.

Patriotas e idealistas, temos a consciência clara de que cumprimos nossa missão histórica na hora irrecusável da luta.

Fiéis a esses ideais, nossa posição foi, é e será de alerta pelo destino do Brasil.

## A TEORIA DO FOCO GUERRILHEIRO

*Carlos Ilich Santos Azambuja\**

*“Se conheces o inimigo e a ti próprio, não deverás temer o resultado de cem batalhas. Se tu te conheces, mas não ao inimigo, para cada*

\* O autor é historiador.

*vitória sofrerás também uma derrota. Mas, se tu não conheces o inimigo e nem a ti próprio, serás sempre derrotado.”*

(Sun Tzu, ano 500 a.C.)

“Só se salvarão os que souberem nadar.” Esta foi uma frase que se tornou memorável pronunciada por Cataneo, cantor do trio cubano Taicuba, na manhã de 8 de janeiro de 1959, quando Fidel Castro fez sua entrada triunfal em Havana à frente de seus guerrilheiros. Hoje, em Cuba, Cataneo é chamado de “O Profeta”, pois sua profecia permanece atual.

A lógica revolucionária limita o campo político a duas e somente duas opções: quem não está comigo está contra mim; quem não é revolucionário é contra-revolucionário. Essa simplificação recebeu a bênção filosófica de Lenin, que a transformou em dogma.

Na década de 1960, no Brasil e em toda a América Latina, diversas organizações da esquerda revolucionária, influenciadas pelo êxito da revolução cubana e objetivando “acelerar o processo”, vislumbraram a possibilidade de substituir os tradicionais partidos comunistas, criados por Moscou, pela guerrilha, com base nos escritos de Regis Debray sobre o “Foco Guerrilheiro”, e passaram a aplicar a teoria acima enunciada: quem não está comigo está contra mim.

Muito já se escreveu sobre esse tema. As organizações guerrilheiras, surgidas de setores radicalizados da pequena burguesia urbana, priorizavam a violência armada, as ações imediatas, que serviriam de motor da revolução, negando, com essa prática, o histórico papel do proletariado, doutrinariamente reivindicado pela ortodoxia dos partidos comunistas.

A teoria do “Foco Guerrilheiro”, materializada pelo sucesso de Fidel e Che em Cuba, foi sistematizada, na época, por um intelectual francês, Regis Debray, em um livro, *Revolução na Revolução*. Anos depois, esse intelectual, em um outro livro, intitulado *A Crítica das Armas*,

embora numa tentativa de autocrítica, voltaria a justificar essa teoria com novos argumentos.

Na década de 1960, Debray – nascido na França em 1941 – era um jovem jornalista, formado em Sociologia, seduzido pelas idéias marxistas e ainda mais pela revolução cubana e pelo fotogênico espetáculo de uma ilha paradisíaca governada por audazes barbudos que preparavam o assalto final ao Palácio de Inverno, configurado na fortaleza imperialista norte-americana, logo ali ao lado.

Na época, em Cuba, não faltavam os homens de ação, mas não existiam teóricos capazes de explicar em que lugar ficariam os partidos comunistas, fiéis seguidores do marxismo-leninismo ortodoxo. Desde uma perspectiva teórica, tornava-se fundamental explicar os motivos da ruptura da guerrilha fidelista com o velho almanaque escrito por Marx e complementado por Lenin. Afinal, diferentemente do que ocorreu em Cuba, Marx não havia escrito que o comunismo tornaria-se vitorioso como consequência da luta de classes dirigida pelo seu estado-maior, o Partido Comunista, assim, com maiúsculas?

Foi atribuída a Debray, então, a tarefa de compor uma espécie de gramática revolucionária para os novos tempos, a fim de justificar a tática cubana, que ele iria denominar de “Teoria do Foco Guerrilheiro”. Ele sabia que a “Teoria do Foco”, seguramente, iria provocar a ira dos partidos comunistas tradicionais, todos criados à imagem do PCUS e dependentes ideológica e financeiramente de Moscou.

Assim surgiu o livro *Revolução na Revolução*, que continha três teses fundamentais:

– a primeira, advertindo que as revoluções na América Latina deveriam partir de um “foco militar rural” que, no momento adequado, daria à luz uma vanguarda política;

– a segunda, afirmando que quando se inverte a ordem dos fatores – criando primeiro a vanguarda política para, depois, gerar o “foco” – a organização política converte-se em um fim em si

mesma e adia, para um futuro distante, a eclosão da violência armada;

- a terceira, indicava o inimigo a ser destruído: "o imperialismo ianque e seus capatazes locais".

Segundo Debray, Che Guevara dizia que uma das três regras de ouro do guerrilheiro era a desconfiança constante. Desconfiança de quem? Das "massas", segundo ele.

A revolução, para os partidários do "Foco Guerrilheiro", seria desencadeada não pelos partidos comunistas tradicionais, mas sim por um grupo altamente selecionado de homens armados e apartado das massas. Esse grupo, pelo exemplo de suas ações, seria o "pequeno motor" que motivaria e daria partida ao "grande motor: as massas". Nesse sentido, o trabalho político que, segundo a ortodoxia comunista, obrigatoriamente precede as ações armadas era desprezado, eludindo a máxima de Lenin de que "sem teoria revolucionária não há prática revolucionária". O partido era substituído pelo "Foco" sob a alegação de que o "Foco" formaria, depois, o partido.

Ao negar a necessidade do partido, os "foquistas" assumiam a direção da revolução, tirando-a das mãos do proletariado - "única classe conseqüente e verdadeiramente revolucionária, dirigida pelo estado-maior da classe operária", o Partido -, colocando-a nas mãos da classe que, teoricamente, representavam: a pequena burguesia urbana. Isso condenaria a revolução à derrota, segundo a ortodoxia do marxismo-leninismo.

Tudo isso já havia sido exposto por Che Guevara em seu livro *Guerra de Guerrilhas*. Che proclamava a necessidade de "criar dois, três, muitos Vietnãs", e que, nesse sentido, "situar a guerrilha sob a dependência tática ou estratégica de um partido, ou como ramificação da ação de um partido, acarreta, como conseqüência, uma série de erros militares mortais. Para que o pequeno motor - a guerrilha - ponha realmente em marcha o grande motor - as massas - é necessário, primeiro, que seja reconhecido por essas massas como seu único intérprete e guia, sob

pena de dividir e debilitar as forças populares. Para que se opere esse reconhecimento, é preciso que a guerrilha assuma todas as funções de comando político e militar".

Che Guevara, no entanto, nem de longe poderia suspeitar o irônico que soaria essa sua frase nos dias atuais, pois converter a América Latina em um Vietnã seria, hoje, conduzi-la velozmente ao capitalismo. Sob uma ditadura que cada vez mais vai sendo menos comunista, o atual regime vietnamita abre as comportas do país ao capitalismo ocidental, e os estragos feitos pela Coca-Cola e pelo McDonald's são muito mais significativos que os da insurreição do vietcong. Todavia, o mais importante é o fato de que ninguém obrigou o Vietnã a colocar em prática essa sua atual política. O país, simplesmente, livrou-se dos herdeiros de Ho Chi Min.

Nos países do Terceiro Mundo foram editados mais de um milhão de exemplares do livro *Guerra de Guerrilhas*. Che Guevara, ao redigi-lo, partiu de três axiomas extraídos da revolução cubana: a guerrilha pode derrotar os exércitos regulares; não é necessário aguardar que exista um clima insurrecional, pois esse clima (as famosas condições objetivas e subjetivas) será criado pelo "Foco"; o cenário natural para a guerrilha é o campo e não as cidades.

A partir desses dogmas, Che explica a estratégia geral, a tática do "bate e foge", a formação das unidades guerrilheiras, o tipo de armamento, a saúde, o papel das mulheres e a qualidade de apoio que deve ser ministrado pelos guerrilheiros urbanos.

Com seu livro, Che Guevara imaginava ser possível que todos os comunistas dos países subdesenvolvidos pudessem fazer suas revoluções caseiras sem grandes contratempos.

Regis Debray complementaria o raciocínio de Che, aduzindo que os partidos comunistas tradicionais "aspiram a uma vida legal e a participar da vida política normal" por um certo tempo, visando consolidar-se e "fazer nome", preparando, assim, as condições para a luta armada.

Nesse terreno, todavia, são pouco a pouco absorvidos, tragados pela rotina. Recrutam alguns quadros, alguns militantes, realizam o primeiro congresso, mimeografam um jornal e panfletos. Depois vêm as assembléias anuais, mil reuniões, os primeiros contatos internacionais, o envio de delegados ao exterior, pois é preciso assistir a múltiplos congressos, fazer-se representar permanentemente em diversos organismos, manter relações públicas. O saldo sempre é positivo: os funcionários funcionam, a imprensa imprime, os delegados viajam, crescem os apoios e amizades internacionais, os dirigentes estão cheios de trabalho. Em resumo: “a máquina anda”. Ela custou caro e é preciso cuidá-la.

A perspectiva de luta insurrecional, no entanto, passa de alguns meses para alguns anos; o tempo passa, a abertura de hostilidades é, cada vez mais, considerada algo sacrílego, aventureiro, eternamente prematuro. Torna-se necessário acalmar alguns militantes inquietos que exigem ação. A cada ano é formado um pequeno contingente de “quadros militares”, assunto afeto à alta direção do partido, mas conhecido de toda a militância, que vai segregando as suas esperanças. Ah! Mas o momento ainda não é chegado, pois sempre surgem os imprevisíveis. Os militantes precisam compreender que passar “imediatamente” à luta armada seria romper a unidade do partido, que é a sua razão de ser.

Em resumo: o partido vê em si mesmo a finalidade de sua existência. Não passará à luta armada porque, primeiro, deve constituir-se em um sólido partido de vanguarda. Esse círculo vicioso, segundo Debray, “vem corrompendo a luta armada há alguns anos”.

Definindo as tarefas militares como prioritárias, os partidários do “Foco” relegam as tarefas políticas, ignorando também a máxima de Mao Tsé-tung, segundo a qual “as armas são um fator importante numa guerra, mas não o decisivo. O decisivo é o homem, não as coisas”.

Alguns partidários do “Foco”, entusiasmados com o êxito da revolução em Cuba e com algumas

eventuais derrotas das forças da ordem em alguns países, chegaram a ponto de etiquetar o “fidelismo” como a “terceira etapa do marxismo-leninismo”.

No artigo “Fidelismo, a Longa Marcha na América Latina”, Debray foi um dos que afirmaram, na época, ser o “fidelismo” essa “terceira etapa do marxismo-leninismo”. Embora sem atingir o ridículo dessa afirmação, Carlos Marighela, em seus escritos, adotou posição muito semelhante.

A teoria do “Foco Guerrilheiro” foi, no entanto, uma divergência entre comunistas, que parece superada. O “Foco” foi eliminado, mas o “trabalho de massas” dos partidos comunistas ortodoxos permaneceu e, em alguns casos, deu frutos.

Será, no entanto, que os partidários do “Foco”, ao adotá-lo como “forma de luta”, renegavam o marxismo-leninismo pelo fato de fazerem a substituição do partido e da via pacífica pela guerrilha?

Não. O “Foco Guerrilheiro”, tal como foi concebido, nada mais era do que uma versão particular do partido – escreveu Debray dez anos depois, em 1977, em seu livro *A Crítica das Armas* –, à semelhança do que fora definido por Lenin em *O que Fazer?*: um pequeno grupo de elite, compacto e disciplinado, devotado de corpo e alma à revolução, sujeito às suas próprias regras de funcionamento, à sua disciplina e aos seus métodos clandestinos de trabalho, sem ligação orgânica com os movimentos de massas abandonados às suas reivindicações econômicas setoriais.

“O Foco Guerrilheiro” – diz Debray – “é o partido em verde”. Significa importar a guerrilha, de fora, para a região escolhida, assim como – diz o marxismo-leninismo – a “consciência de classe” é importada, de fora, pelos intelectuais burgueses portadores da doutrina científica do socialismo, para o interior do movimento operário.

Da mesma forma que o movimento operário, historicamente, é dado como incapaz de produzir, com suas próprias forças, uma “organização política consciente”, também o chamado “proletariado rural” é tido como incapaz de passar do descontentamento latente à utilização consciente da

“violência revolucionária”. Torna-se, portanto, necessário, a uns e a outros, a intervenção de um elemento exterior, portador da “violência iluminada”.

Por outro lado, mais além de *O que Fazer?*, escrito por Lenin em 1902, poderia ser dito que as origens do “Foco Guerrilheiro” estariam nas fontes da socialdemocracia. Em Karl Kautsky, guia intelectual da II Internacional e mestre do pensamento de Lenin entre 1900 e 1914, pois os considerandos que deram origem à teoria do “Foco” foram enunciados, pela primeira vez, em Viena, em 1901, no projeto de programa do Partido socialdemocrata Austríaco. As implicações desses postulados teóricos viriam a ser desenvolvidas, posteriormente, por Lenin, numa teoria revolucionária, inexistente no que Marx e Engels haviam escrito.

Segundo assinalou Regis Debray, em *A Crítica das Armas*, não existe uma só palavra em *O Que Fazer?* que não possa ser traduzida em linguagem “foquista”, pois – assinala Debray – “o esquema foquista e o que Lenin escreveu têm a mesma lógica e partem dos mesmos pressupostos: pode-se substituir, por exemplo, ‘organização de revolucionários profissionais’ por ‘vanguarda político-militar’, sem destruir a coerência da argumentação leninista”.

Posteriormente, em 1996, Debray iria mais longe em sua profissão de ideólogo das revoluções. Em 12 de maio de 1996, em Paris, em entrevista à imprensa, falando sobre o seu mais recente livro, *Elogiados Sejam Nossos Senhores* – um livro carregado de desilusões e ceticismo –, entusiasma-se e ainda atíça uma esperança: o chamado “Subcomandante Marcos”, do “Exército Zapatista de Libertação Nacional”. Segundo Debray, “Marcos é um revolucionário pós-moderno. Encarna um novo estilo. Sua luta é simbólica, sem combate, mais democrática e mais aberta”. Para Debray, “o zapatismo não deixa de ser uma revolução na revolução”.

Também o Partido Comunista do Brasil, desde a primeira metade dos anos de 1960 já em-

penhado na montagem de uma “área estratégica” no interior do Brasil, como embrião da “Guerra Popular Prolongada”, mostrou-se um crítico feroz da teoria do “Foco Guerrilheiro”, classificando-a como “uma concepção pequeno-burguesa sobre a revolução, tanto na esfera política como na militar e organizativa”.

Tanto o “Foco Guerrilheiro” como a “Guerra Popular Prolongada” não levaram a nada, a não ser a uma guerra suja que resultou em uma montanha de mortos em toda a América Latina nos anos 1960 e 1970, pela qual, hoje, responsabilizam “a repressão”. Ou seja, aqueles que, constitucionalmente, a combateram e venceram.

#### QUARENTA ANOS DEPOIS\*

L. P. Macedo Carvalho\*\*

Quarenta anos atrás, ocorreu no Brasil um movimento liberal que ficou batizado como a Revolução Democrática de 1964. Não foi mera conspiração ou golpe de Estado no típico estilo latino-americano, nem uma quartelada ou sedição essencialmente militar em busca do poder. O historiador Anthony F. C. Wallace, em *Identity and the Nature of Revolution in Latin America: the Dynamics of Social Change* (Nova York: St. Martin's, 1972, p. 178-80), classifica as revoluções latino-americanas em dois tipos: a de política de apetites e a de política de identidade. A de política de identidade implica uma transferência de cultura destinada a reformular a sociedade “doente” numa ideal. Poder-se-ia admitir não ter sido o Movimento de 1964 uma revolução na verdadeira acepção sociológica do termo. Apesar da notória ameaça de implantação de uma repúbli-

\* Colaboração do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - IGHMB

\*\* O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior, historiador e Presidente do IGHMB

ca sindicalista já haver atingido a caserna, o fato é que as Forças Armadas só vieram à rua, súbita e tardiamente, quando premidas por manifestações públicas da sociedade brasileira e da mídia para colocar fim ao clima de desmando e de desordem instalado no País. Vale lembrar que tal clima era incentivado pelo próprio governo de então e pelos velhos “lobos com peles de cordeiro”, que, na atualidade, tornam ao cenário político nacional, aproveitando-se das liberdades asseguradas pelo regime democrático com o intuito velado de golpear-lo traiçoeiramente.

Na verdade, a Revolução de 1964 não dispunha de um programa traçado ao ser deflagrada, o que atesta a sua espontaneidade e repentinidade, mas possuía um ideário fundamentado na preservação dos princípios de liberdade, arraigados na nacionalidade brasileira.

Para o líder consagrado pelo movimento democrático - Castello Branco -, expressão maior do pensamento político-militar na época, os principais objetivos da Revolução, transformados em meta de seu governo, eram “a arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política”.

Segundo Costa e Silva - paradoxalmente o editor do AI-5, que, em segredo, elaborava novo texto constitucional de natureza liberal junto com Pedro Aleixo, temeroso em passar à história como mais um caudilho gaúcho -, a Revolução propunha-se fundamentalmente “a restaurar a democracia representativa, promover indispensáveis e inadiáveis reformas estruturais socioeconômicas, empenhar as energias nacionais para a justiça social, libertar o povo brasileiro da mistificação e da demagogia, preparar os homens de amanhã para o exercício da democracia autêntica”. No dizer de Carlos Lacerda, um dos líderes civis do movimento, a Revolução consistia no “processo acidentado, contraditório e penoso, mas constante, de transformação do Brasil em uma grande nação democrática, isto é, uma nação poderosa, cujo povo esteja apto a decidir o seu próprio des-

tino, quer por suas condições materiais, quer por seu preparo espiritual”.

Os primeiros anos foram muito difíceis. Vencida a fase heróica essencialmente político-militar, sucederam-se a político-administrativa, a de saneamento financeiro, a de planejamento econômico, a de pacificação admissível e a de retomada do desenvolvimento. Seguiu-se o período de contestação dos descontentes com o regime e de seus tradicionais inimigos, caracterizado pela subversão da ordem pública e pelo terrorismo seletivo, conduzido através da “esquerda armada”, que culminou em ações de guerrilhas urbana e rural, levando o governo ao dilema de reagir ou capitular.

Controlada a agitação comuno-sindicalista, que não logrou o apoio da opinião pública - após a luta armada dirigida por Marighela, o assassinato do Capitão norte-americano Chandler pela mera suposição de que instruíra militares brasileiros em técnica de contraguerrilha, a morte impiedosa do soldado Kozell quando de guarda no quartel-general do II Exército (São Paulo, SP), o bárbaro estripamento de uma sentinela no Hospital Militar de São Paulo para tirar-lhe o fuzil, o furto de armas no 4º Regimento de Infantaria com a traição de Lamarca, o cruel metralhamento de um industrial paulista em “justiçamento” por auxiliar na repressão ao terrorismo, o sanguinário atentado do Aeroporto de Recife, o trucidamento perverso a coronhadas do tenente da Polícia Militar de São Paulo no litoral daquele estado, o selvagem aniquilamento do primeiro oficial alemão a cursar a Escola de Comando e Estado-Maior de nosso Exército, por confundirem-no com o boliviano que matara Guevara, a eliminação fria de dissidentes e daqueles que discordavam dos métodos adotados por saberem demais, a crescente onda de assalto a bancos com mortes a fim de “expropriar” fundos para alimentar a subversão, os seqüestros violentos executados, inclusive, por atuais próceres políticos, as passeatas ruidosas e baderneiras, a inominável covardia do extermínio do Major Martinez, as guerrilhas de Caparaó,

do Vale da Ribeira e de Xambioá, além de muitos outros inolvidáveis fatos com vítimas inocentes da insaciável sanha criminosa vermelha, financiada por Cuba -, o governo Médici, ao término de seu mandato, perdeu a oportunidade de legitimar pelo voto a Revolução, permitindo a alternância do poder, antes dos choques do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais, que aumentaram vertiginosamente a dívida externa e impopularizaram os idos de 1964. Convém lembrar que o terrorismo de esquerda das décadas de 1960 e 1970 deixou um saldo de nada menos que duzentas pessoas mortas no Brasil - esquecidas, não homenageadas nem pranteadas, e sequer indenizadas suas vidas.

A modernização, o desenvolvimento e as conquistas alcançados pela Nação durante o período dito autoritário, nos campos científico-tecnológico, econômico e social viram-se apagados diante dos ressentimentos políticos conseqüentes da inevitável violência gerada pela repressão à violência dos intencionais atos extremistas, desencadeados pelos inimigos da democracia, da ordem, da lei e da liberdade.

A ilusão socialista, objetivo intermediário para a implantação definitiva do totalitarismo internacional comunista, conforme preconizou Lenin, desmistificada hoje pelo fracasso onde foi imposta a ferro e fogo, mostrou só a face dura do necessário autoritarismo temporário para restabelecer a ordem e a tranquilidade da Nação.

Há de se admitir muitos terem sido os enganos, os erros e as injustiças cometidos no período revolucionário, com lamentáveis, mas compreensíveis, desvios humanos, como sói acontecer nessas ocasiões, e irrefreados choques de paixões, à semelhança das trevas que se abateram sobre as luzes da agora aplaudida e celebrada Revolução Francesa. Ainda assim, não são nem de leve comparáveis às barbaridades cometidas na Rússia soviética de Lenin e Stalin, na revolução cubana socialista de Fidel Castro ou no Khmer Vermelho de Pol Pot no Camboja. Entre os pecados do Mo-

vimento de 1964, poder-se-ia apontar: a prioridade dada à economia em detrimento do social, a despreocupação em preparar as futuras lideranças políticas, o crescimento desmedido do estatismo, o questionamento de determinadas obras e programas, o demasiado prolongamento dos governos revolucionários, a constituição de partidos descaracterizados e, finalmente, as interrogações deixadas no esclarecimento do "Caso Riocentro", fazendo pairar inaceitáveis suspeitas sobre as Forças Armadas, exploradas pelas esquerdas em impatriótica e deplorável campanha de descrédito dos militares perante a Nação. Instilou-se, assim, no sentimento popular, em especial no meio dos jovens que não testemunharam esse elenco de fatos acima mencionados, aversão a tudo o que porta o rótulo de militar, sob ardidosa orquestração da mídia de oposição e do clero "progressista", a fim de conquistar e controlar a opinião pública. Todavia, cumpre lembrar que somente aqueles que se valeram da liberdade concedida pela democracia para atentar contra o regime tiveram a sua liberdade cerceada.

Mais cedo ou mais tarde, um dia far-se-á justiça ao Movimento de 1964. Quando a história verdadeira virar História, a Nação, menos dividida, amadurecida e esclarecida, refletirá sobre esses acontecimentos com isenção de ânimo e friamente.

Aqueles que idealisticamente atenderam à convocação da Nação para restabelecer a ordem, a liberdade, o regime e, hoje, arcam com a impopularidade, passada a ressaca de liberalismo que faz padecer a todos os brasileiros, nada têm a se envergonhar ou a temer pelo que fizeram, pois estavam mais de passo certo do que errado. Aguardem tranqüilos a sentença do juiz tempo, o mais sábio de todos, para lhes fazer justiça, como se verificou com Tiradentes.

É oportuno recordar os ensinamentos legados por Vieira no Sermão da Terceira Quarta-Feira da Quaresma na Capela Real, em 1669: "Se servistes à Pátria que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma." ☉